



AMAURI SEGALLA

## MERCADO S/A

amaurisegalla@diariosassociados.com.br

“O QUE SERIA APENAS MAIS UM RUMOROSO CASO DE FALÊNCIA CORPORATIVA PODERÁ SE TORNAR UM PROBLEMA MUNDIAL”

## Evergrande 1: por que a falência da empresa é um risco mundial

O valor é estratosférico: US\$ 300 bilhões (R\$ 1,6 trilhão). Esse é o tamanho da dívida da Evergrande, segunda maior empresa do mercado imobiliário chinês. O que seria apenas mais um rumoroso caso de falência corporativa poderá se tornar um problema mundial. Com a queda da Evergrande, diversos setores econômicos sofreriam. Instituições financeiras como o banco britânico HSBC, o suíço UBS e a gestora americana de recursos BlackRock — a maior do mundo — desembolsaram nos últimos anos bilhões de dólares em investimentos na Evergrande, mas teriam de arcar com o calote se a chinesa quebrar. O fim da gigante asiática também arrastaria para o precipício o preço das commodities. A demanda por aço, matéria-prima indispensável na construção, cairia para níveis alarmantes, e as cotações das ações das empresas do ramo desabaria. Haveria estragos, principalmente, nos setores de minério de ferro e petróleo. Parte desse cenário foi expressa ontem no tombo das bolsas pelo mundo. Quem vai salvar a Evergrande?

Noel Celis/AFP



## RAPIDINHAS

» As criptomoedas começam a chegar às instituições financeiras tradicionais. Cinco meses depois de lançar o seu primeiro fundo atrelado a bitcoins, o BTG Pactual apresentou ao mercado a plataforma Mynt, especializada na negociação de criptoativos. Trata-se do primeiro banco brasileiro a ter uma plataforma própria de moedas virtuais.

Reprodução/Itapemirim



» A Itapemirim Transportes Aéreos, companhia do Grupo Itapemirim, recebeu o seu sexto Airbus A320. Segundo a empresa, a nova aeronave deverá entrar em operação apenas na segunda quinzena de outubro e permitirá o aumento da frequência de voos para as treze cidades nas quais já opera. A Ita quer aproveitar o esperado aumento da demanda no final de ano.

» O setor de franquias movimentou R\$ 43,1 bilhões no segundo trimestre, o que significa uma alta expressiva de 48% em relação a igual período do ano passado. Os dados apurados pela Associação Brasileira de Franchising (ABF) trazem outra boa notícia: o segmento está perto de alcançar os níveis pré-pandemia.

» Um grupo de empreendedores brasileiros criou uma plataforma digital especializada em cannabis medicinal. Chamada Connect, ela reunirá informações sobre o uso da maconha, mas não apenas isso. A ideia é usar o conceito de rede e conectar pacientes, médicos, instituições de saúde, pesquisadores e fornecedores.

### Evergrande 2: o que deu errado?

Uma empresa não quebra por um único motivo. Em geral, a falência é resultado de diversos fatores combinados. No caso da Evergrande, mudanças regulatórias feitas pelo governo chinês, a rápida desaceleração do mercado imobiliário do país e a gestão temerária provocaram a tempestade perfeita que pode levar à bancarrota. Agora, há o temor de que a crise se alastre pelo mundo. Em 2008, a quebra do banco americano Lehman Brothers desencadeou uma das maiores crises econômicas da história.

### País investe pouco, e gargalo da infraestrutura só aumenta

O Brasil tem sérios gargalos de infraestrutura, mas isso está longe de mudar. A julgar pelos investimentos feitos em sistemas de transportes, telecomunicações, programas de saneamento e energia elétrica, para citar apenas os segmentos mais sensíveis, as deficiências do país tendem a aumentar. Em 2014, os aportes em infraestrutura correspondiam a 2,32% do PIB. No ano passado, o índice foi de 1,58%. Ressalte-se que a solução deveria vir da iniciativa privada e não de governos perdulários.

Elio Rizzo/ESP/DA Press - 2/11/20



### Wells Fargo vê Brasil como vulnerável à desaceleração chinesa

A desaceleração da economia chinesa afeta o mundo inteiro, mas alguns países são mais atingidos. Um deles é o Brasil. Segundo relatório produzido pelo banco americano Wells Fargo, o país está entre os mais vulneráveis por depender fortemente das exportações e dos altos preços das commodities, além de estar fortemente integrado ao sistema financeiro da China. Como se vê, os próximos meses trarão muitos desafios para a já fragilizada economia brasileira.

# R\$ 11 bilhões

é quanto a empresa de logística Rumo investirá na construção e operação de uma ferrovia que liga o terminal Rondonópolis a Cuiabá e a Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso. O projeto deverá ser concluído em 2030

**A verdade é que as grandes fintechs gostam mesmo é de pagar apenas 'meia-entrada' e em nada se diferenciam dos bancos. Aliás, só não são bancos para pagar menos impostos, gerar menos empregos, ter poucas obrigações regulatórias e trabalhistas"**

Texto da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) em seu perfil no LinkedIn

**CONGRESSO** / Presidente da Câmara deu sinais de que pode retirar a reforma administrativa da Comissão Especial e propor a votação geral na quinta-feira. Apesar das mudanças feitas pelo relator, categorias de servidores continuam a pressionar

# Lira pode levar PEC ao plenário

» VERA BATISTA  
» GABRIELA CHABALGOITY\*

Após idas e vindas e alterações de humor de servidores, parlamentares e especialistas, surge uma nova inquietação que começou a tirar o sono dos críticos à reforma administrativa. É o receio, nos bastidores da Câmara dos Deputados, de que o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), impaciente com a dificuldade de entendimento e de conseguir votos para a aprovação da PEC 32/2020, retire o texto da Comissão Especial e o leve diretamente ao Plenário. Ele já deu um sinal, dizem técnicos, quando reforçou que o texto precisa estar afinado para ser aprovado, “pois é um tema que precisa de 308 votos no Plenário”.

“Os comentários foram muito fortes. Oficialmente, não há nada confirmado, mas, em reuniões reservadas, dizem que ele muda o tom e ameaça por um fim às discussões de qualquer jeito”, contou um técnico que não quis se identificar.

De acordo com Luiz Alberto dos Santos, consultor do Senado, o último substitutivo à PEC 32, de 17 de setembro, evoluiu em relação ao anterior, de 15 de setembro. Mas os riscos continuam, já que a redução salarial e de jornada (25%), que o próprio relator havia suprimido, foi restabelecida, cita. Ele admite que a atual versão superou grande parte dos vícios de inconstitucionalidade, incoerência e impropriedade da PEC 32, “e que a classificavam como uma das piores peças legislativas jamais submetidas ao Congresso”. Contudo, afirmou, se mantiver “desnecessária e prejudicial ao serviço público”. “São mantidos

Michel Jesus/Câmara dos Deputados



Presidente da Câmara pode retirar o projeto da comissão especial para tentar resolver impasse em torno do texto

vícios de origem, que trarão enorme dano ao serviço público e ao cidadão, como a terceirização de atividades para entidades privadas, assim como a precarização do serviço público pela via de contratos temporários.”

Para a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), a complementação do voto do relator, deputado Arthur Maia (DEM-BA), mantém a proposta “na mesma pobreza conceitual da original”. A deputada explicou que o núcleo “muito ruim” da reforma continua intacto e admitiu articulações internas para a extinção da comissão especial.

“Nós vamos lutar para mudar essas coisas. Estou buscando um acordo, mas não duvido que inativem a comissão especial, o que é muito injusto. Depois do amplo debate que realizamos, inclusive de algumas vitórias que já obtivemos, espero que eles (os parlamentares) não retroajam”, contou. “O artigo 37-A prevê a precarização e a privatização de ações estratégicas de Estado e o teor geral não é de uma ‘reforma’, mas sim de regras de demissão e de contratações temporárias”, reforçou.

Mesmo com um novo texto, ela considerou que a perspectiva

é de grande conflito de ideias. “A lentidão na apreciação se dá em função da migração de votos da base do governo, para uma posição contrária à PEC 32”, disse a parlamentar. Ela conversou, ontem, com o presidente da Comissão Especial que trata do assunto, Fernando Monteiro (PP-PE), que, segundo ela, confirmou duas reuniões, uma com os líderes da base dele e outra com líderes da oposição. “Junto aos líderes da oposição, eu tentarei interferir. Como membro efetivo da comissão especial, considero que não é possível aceitar jabutis”, assegurou.

### » Senado deve votar marco das ferrovias

O plenário do Senado Federal deve votar, amanhã, o projeto de lei que estabelece um novo marco legal para as ferrovias. A proposta está sob análise na casa desde 2018, mas os trâmites aceleraram após o governo federal editar uma medida provisória que prevê o regime de “autorização” na operação das ferrovias. Segundo esse modelo, não há necessidade de licitação para uma empresa explorar a linha férrea. Desde agosto, quando foi publicada a MP, o Ministério da Infraestrutura recebeu mais de 10 manifestações de interesse da iniciativa privada para construir novas ferrovias, com cerca de R\$ 60 bilhões de investimento previsto. Um acordo entre o governo e o Senado, por sua vez, estabeleceu que o Congresso deve acelerar a votação do projeto de lei.

### Pressão

O relatório definitivo deveria ter sido entregue na sexta-feira (17) por Arthur Maia. Foi adiado para ontem e, tudo indica, só deve chegar ao público hoje. O deputado Rogério Correia (PT-MG) também conversou com Fernando Monteiro. “O presidente da Câmara quer ainda mostrar o texto para os apoiadores e para a oposição. Então, amanhã, provavelmente, será um dia de costumes. Deve entrar na votação da comissão ou na terça à noite, ou na quarta. E aí ele quer votar tudo na quarta, para ver se, na quinta,

entra em plenário. Eles (os que defendem a PEC 32) não têm os 308 votos”, explicou Correia.

E não falta pressão. O próprio Lira já reclamou que essa terceira versão tem que estar pronta o mais rápido possível para que “fique redonda” e facilite a discussão. Sem consenso, a expectativa é de venham por aí substanciais modificações. “Arthur Maia está em uma sinuca de bico”, disse Luiz Alberto dos Santos. Os servidores federais, estaduais, municipais, centrais sindicais e movimentos sociais, enquanto nada fica decidido, continuam com seus “calendários de três dias de pressão”. Ontem, um ato no Aeroporto de Brasília reuniu dezenas de pessoas. Funcionários recepcionaram parlamentares que chegavam à capital, para mostrar, segundo dizem, “que não tem arrego, se votar (a favor da PEC), não terá sossego”.

O professor e advogado especializado em direitos dos servidores Marcos Rogério de Souza explicou que o substitutivo do relator é ruim para os servidores e para os usuários do serviço público. “Seguem no texto a previsão de retirada de direitos, como a redução de jornada e de salário, o uso generalizado de convênios que, na prática, privatizam a gestão pública, e o alargamento dos contratos temporários”. Para ele, o substantivo cria, também, “o servidor de segunda categoria, que não exerce função típica de Estado, que representa mais de 90% dos servidores brasileiros”, explicou. “Do jeito que está, a PEC não resolve os problemas da gestão pública e gera insegurança jurídica para os atuais e futuros servidores”, assegurou o especialista.

\*Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo